

JT
21/10/95 Pg 16
02

BIOÉTICA

**EUA FAZEM
PATENTE DE DNA
HUMANO
ONGs protestam**

Organizações não-governamentais ligadas aos povos indígenas querem colocar o governo dos Estados Unidos no banco dos réus, por ter patenteado o DNA de um nativo de Papua-Nova Guiné. O indígena pertence à tribo Hagahai, contatada pela civilização branca em 1984 e da qual restam apenas 260 indivíduos, cuja sobrevivência está ameaçada por doenças adquiridas dos brancos.

O material genético do nativo mostrou-se eficiente nas pesquisas para identificação de retrovírus relacionados ao vírus HTLV-1 (que causa paralisia) e, por isso, a patente foi requerida pelo Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos. A aprovação saiu no dia 14 de março deste ano e, apesar de estar baseada em células não modificadas, não assegura o pagamento de qualquer compensação ao doador: seu código genético passou a ser propriedade dos EUA e pode ser comercializado.

Em geral, DNA patenteado serve para fazer diagnósticos, fabricar vacinas ou sintetizar medicamentos. Seu valor comercial costuma ser alto, nas negociações entre empresas, embora os donos dos genes nada recebam. O exemplo mais conhecido é o da empresa Sequana Therapeutics, sediada na Califórnia, EUA, que patenteou para uso em medicamentos contra asma o DNA de habitantes de Tristão da Cunha, ilha do Pacífico Sul pertencente à Inglaterra. Os ilhéus haviam doado o sangue para pesquisa. A empresa pesquisou, patenteou e depois vendeu a patente a outra empresa, a alemã Boehringer Ingelheim, por US\$ 70 milhões.

Desta vez, ao descobrir e confirmar o registro da patente Hagahai, os representantes de várias ONGs, indignados, lançaram manifestos na rede de computadores Internet. E agora pleiteiam o julgamento do governo americano na Corte Mundial de Haia, na Holanda. A intenção é revogar a patente americana.



Reprodução

Nativo de Papua-Nova Guiné: DNA vale milhões de dólares, mas seus "donos" não recebem nada

Além disso, as ONGs estão investindo pesado em programas educacionais e manifestos de ampla divulgação, como os da Internet, para disseminar mais informação sobre as corporações "genômicas" e suas "terapias genéticas". Eles querem também esclarecer como a questão do material genético humano ficou estabelecida na Convenção de Biodiversidade realizada no Brasil durante a Rio-92.

"Na era do colonialismo, pesquisadores saíam atrás dos recursos indígenas e estudavam sua organização social e costumes. Agora, na era biocolonial, eles vão em busca das pessoas mesmo", diz Pat Mooney, diretora-executiva da Fundação Internacional para o Avanço Rural (Rafi). A Rafi é uma ONG

americano-canadense dedicada à conservação e sustentabilidade da biodiversidade agrícola. Começou a se preocupar com o patenteamento de seres humanos ao estudar a perda de diversidade genética, especialmente na agricultura, e o impacto das leis de patentes e propriedade intelectual. Em 1993, junto com o Congresso Geral Guaymi, do Panamá, a fundação conseguiu evitar o patenteamento do DNA de uma mulher da tribo Guaymi, também requerida pelos EUA. Atualmente, a maior parte do trabalho da entidade é monitorar os requerimentos de patentes, em vários países, para evitar a "transformação da vida humana numa mercadoria". Existe mais uma patente humana pendente nos Estados Uni-

dos, do DNA de um nativo das Ilhas Salomão.

A primeira patente de genes humanos foi proposta por cientistas ligados ao Projeto Genoma Humano, chamado entre seus oponentes de "Projeto Vampiro". O Projeto Genoma pretende criar um banco genético humano, coletando amostras de sangue e tecidos de pessoas do maior número possível de etnias. Já estão mapeadas as amostras de pelo menos 700 etnias diferentes, incluindo 41 de Papua-Nova Guiné. Mas o diretor do Genoma, Luca Cavalli-Sforza afirmou, numa reunião sobre bioética das Nações Unidas, que o projeto não apóia o requerimento de patentes sobre o material genético humano.

Liana John/AE